

## Projeto político pedagógico:

análise da dimensão pedagógica

Luciana Siqueira Rosseto Salotti

Rosimeire dos Santos

**Como citar:** SALOTTI, L. S. R.; SANTOS, R. Projeto político pedagógico: análise da dimensão pedagógica. *In:* BRANDÃO, C. F. *et al* (org.). **Políticas públicas educacionais:** questões e desafios contemporâneos. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 107-126. DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-5954-015-0.p107-126>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ANÁLISE DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA

---

*Luciana Siqueira Rosseto Salotti*<sup>23</sup>

*Rosimeire dos Santos*<sup>24</sup>

## Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), em consonância com a Constituição Federal de 1988, estabelece o princípio democrático e participativo para a escola pública. Para garantia desse princípio, o artigo 12 desta lei indica alguns procedimentos: “I - a elaboração e a execução da proposta pedagógica; [...] VI a articulação com as famílias e a criação de processos de integração da sociedade com a escola” (BRASIL, 1996).

Nessa direção, o documento referência para a escola dos registros de todas as ações desenvolvidas no ambiente escolar de caráter político, pedagógico, administrativo e organizacional e que deve ser construído com a participação de todos os envolvidos no processo é o Projeto Político

---

<sup>23</sup> Doutora em Linguística Aplicada aos Estudos da Linguagem PUC/SP – Docente da Faculdade de Tecnologia – FATEC Assis – Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Coletivo de Pesquisadores em Políticas Públicas Educacionais – COPPE – pós-graduação UNESP –Marília. E-mail: lucianasrsalotti@gmail.com

<sup>24</sup> Doutora em Educação Escolar- UNESP- FCLAR – Pesquisadora da Rede Internacional de Pesquisa em Intervenção em Altas Capacidades – REINEVA. Assessora Técnica da Secretaria Municipal da Educação de Assis/SP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Coletivo de Pesquisadores em Políticas Públicas Educacionais – COPPE – pós-graduação UNESP –Marília. E-mail: meiresan\_unitaly@gmail.com

Pedagógico (PPP). Este deve direcionar as ações educativas e estar associado a um projeto histórico social que possibilite a compreensão sobre o papel da escola na comunidade em que está inserida.

Autores como Gandin e Gandin (1999), Veiga (2001), Gandin e Franke (2005) defendem que o PPP, construído com a participação coletiva, possibilita à escola exercitar sua autonomia e estabelecer os princípios que nortearão suas ações pedagógicas. O papel político e pedagógico que a escola deve cumprir na sociedade representa o procedimento indicado pela legislação para a garantia do princípio de gestão democrática.

Compreendemos que o aspecto principal de toda ação da escola deve ser pautado na dimensão pedagógica e na sua construção coletiva. Conforme assinala Saviani (1983), o PPP deve expressar os interesses reais e coletivos da escola, pois materializa duas dimensões indissociáveis: a política e a pedagógica. O autor (1983) afirma que a “dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (p. 93).

Nesse sentido, a dimensão política presente no PPP expressa a visão de mundo, de sociedade e de homem que a escola – representada por sua comunidade – deseja para as crianças e jovens. Essas visões definem a ação educativa, ou seja, a dimensão pedagógica, que está diretamente relacionada ao processo de ensino e aprendizagem e que envolve as ações de acompanhamento do desempenho dos estudantes, as abordagens curriculares, as estratégias de intervenção e o plano de ensino.

Veiga (2000) afirma que a intencionalidade é o que dá clareza ao PPP. Assim, a organização do trabalho pedagógico prescinde a organização da escola como um todo, incluindo sua relação com o contexto social, preservando a visão da totalidade. Para o autor esta totalidade deve ser

decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade, do homem e da educação.

Discorrendo em relação à dimensão pedagógica, Libâneo (2004) aponta que ela pressupõe a organização de alguns aspectos: vida escolar, processo de ensino e aprendizagem e as atividades técnico-administrativas. Acrescenta que “[...] refere-se à finalidade da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa” (p. 29).

Ações pautadas nas normativas legais apontam a necessidade da participação na elaboração do PPP, tanto nos aspectos pedagógicos como nos de gestão escolar, que estão contemplados na LDBEN 9394/96 em seu Título II, artigo 13, incisos I “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” e II “elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1996).

Entretanto, percebe-se a necessidade de reconhecer nesse documento sua devida importância, ou seja, não o considerar apenas como um mero documento formal, mas como uma ferramenta que norteia todo o trabalho pedagógico da instituição escolar. Conforme assinala Veiga (1995, p. 12) “[...] não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas”.

Neste sentido, o PPP é o documento que facilita e orienta o processo de ensino e aprendizagem da escola, servindo como registro de evidências da trajetória de formação dos estudantes, o que permite rever o percurso de formação e o contexto histórico da comunidade, possibilitando encaminhar ações para o futuro.

Deste modo, se o PPP é a materialização das intenções das dimensões política e pedagógica, pode-se afirmar que representa, portanto, as necessidades da comunidade?

Partindo deste questionamento este estudo analisou o PPP de uma escola pública do interior paulista, o que se justifica pelo reconhecimento da relevância de um documento norteador de todas as ações pedagógicas e de gestão escolar que, construído coletivamente, represente a realidade da escola, suas necessidades e os caminhos para a superação das dificuldades. Com esta finalidade este estudo proporciona uma reflexão com foco na análise da dimensão pedagógica. Para tanto, na próxima seção apresenta um breve panorama dos apontamentos teóricos e legais sobre a temática, seguida da seção que exhibe os resultados obtidos na análise do documento da escola.

### **Apontamentos legais e teóricos: indicações para a construção do PPP**

A LDBEN/96 estabelece o princípio de gestão democrática e delega às escolas, aos profissionais da educação e às famílias a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola, de acordo com as suas peculiaridades. Além disso, esta lei, no artigo 32, inciso III trata a autonomia da escola como princípio de toda a educação nacional, confirmando o artigo 205, inciso III da Constituição Federal de 1988, que contempla o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Palma Filho (2013) ressalta que, em relação à Educação Básica, a LDBEN/96, pela primeira vez estabelece as incumbências das escolas e dos docentes de elaborar e executar o PPP da escola, resgatando a importância do planejamento das atividades escolares de modo participativo, com foco na aprendizagem dos estudantes.

Refletir sobre as intenções educativas da escola e se responsabilizar pela aprendizagem dos alunos de modo que a comunidade escolar possa decidir sobre as formas e os modos de desenvolver o trabalho educacional é premissa para a elaboração do PPP. Neste sentido, a permanente reflexão por parte da equipe escolar e da comunidade é ponto chave para a construção da identidade escolar.

Veiga (1995) destaca que as intenções educativas da escola revelam a sua concepção de educação; de estudante; de prática educacional e de participação, identificando qual é a função social que baliza o trabalho de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Nesta mesma direção, Palma Filho (2013) argumenta que esse processo de articulação e construção requer a contribuição de todos os envolvidos nas atividades educacionais (equipe gestora, docentes, estudantes, pais e comunidade) e ressalta que é necessário levantar questões a serem trabalhadas e resolvidas na escola.

Para tanto, o processo de elaboração de um PPP evidencia que é necessário conhecer a realidade do estudante; o contexto socioeconômico que envolve o ambiente escolar; a formação dos docentes e os recursos disponíveis, a fim de articular ações e buscar alternativas que possam incluir todos os educandos da escola. Considerando que este instrumento, o Projeto Político Pedagógico, é o documento norteador que orienta todas as ações em âmbito escolar.

Este autor ressalta a importância de que se mantenha um processo constante de reflexão por parte da equipe escolar, assinalando que “só é possível mediante um processo de planejamento participativo, que é preciso refletir sobre as intenções educativas da escola, bem como deixar clara sua função social” (PALMA FILHO, 2013, p. 3).

Neste contínuo, Veiga (1998) categoriza o PPP elencando-os em três aspectos: filosófico-sociológico; epistemológico e didático-metodológico. Além categorizá-lo, aponta para a necessidade de reflexão coletiva, propondo algumas indagações para orientar as discussões:

Qual é o contexto filosófico, sociopolítico e cultural em que a escola está inserida?

Que concepção de homem se tem?

Que valores devem ser defendidos na sua formação?

O que entendemos por cidadania e cidadão?

Em que medida a escola contribui para a cidadania? (VEIGA, 1998, p. 19)

Em relação aos aspectos epistemológicos e didático-metodológicos a autora pontua que as indagações supramencionadas estão diretamente relacionadas ao projeto curricular, que corresponde às intenções definidas pelo corpo docente, pautada no contexto geral da escola, que indicam as estratégias de intervenção didático-pedagógicas a serem utilizadas na prática docente.

Neste sentido, é importante que o PPP revele o movimento da escola em direção a uma educação que objetive promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, pois quando estão embasadas na percepção da realidade suas determinações refletem o tipo de cidadão que se pretende formar.

É também papel da equipe escolar promover a participação efetiva de todos da comunidade na construção da escola como instituição viva, dinâmica, decidindo em conjunto as ações que validam o compromisso

com os valores, princípios e objetivos educacionais traçados no Projeto Político Pedagógico, respeitando a diversidade e seu contexto social.

A partir deste recorte legal e teórico evidencia-se a importância do PPP para a consolidação das dimensões política e pedagógica e da relevância da participação da comunidade na sua elaboração e no seu desenvolvimento, para que suas ações legitimem o direito à educação.

Para alcançar o objetivo proposto nesse estudo, voltado para identificação da dimensão pedagógica do PPP, o caminho metodológico escolhido foi o da análise documental.

Segundo Lüdke e André (1986), para realizar um estudo nessa direção, o pesquisador necessita delinear os caminhos a serem descritos, o contexto de investigação e o instrumento a ser analisado. “[...] o pesquisador, como membro de um determinado tempo e de uma específica sociedade, irá refletir em seu trabalho de pesquisa os valores, os princípios considerados importantes naquela sociedade, naquela época” (ANDRÉ E LÜDKE, 1986, p. 2).

Assim, o material selecionado para análise foi o Projeto Político Pedagógico de uma Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, pertencente a uma rede municipal de ensino.

O estudo foi realizado a partir da revisão bibliográfica com o intuito de compreender o que a literatura indica em relação à construção do PPP, bem como quais são os indicadores legais para essa construção. Desse modo, a partir da análise da legislação vigente e da revisão teórica sobre a temática é que as informações foram cotejadas.

Na análise documental examinou-se o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar levantando os indicadores da dimensão pedagógica presentes na documentação oficial da instituição. Os dados levantados



foram interpretados visando estabelecer relações e inferências com os documentos legais e os pressupostos teóricos. Para Stake (2011), “[...] a análise dos dados implica na organização de todo material buscando relações e inferências” (STAKE, 2011, p. 151).

Para realizar estas relações e inferências utilizou-se a análise de conteúdo, indicada por Bardin (2008), que descreve e interpreta o conteúdo de toda classe de documentos e textos, conduzindo à análise sistemática qualitativa que auxilia a interpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados.

Nesta perspectiva, a apreciação do PPP da unidade escolar objeto de estudo teve como intuito descrever a organização das ações pedagógicas contempladas no Projeto Político Pedagógico, buscando conhecer a filosofia da escola, as linhas de ação pedagógica e as bases teóricas que sustentam as concepções de Educação, de Sociedade e de Ciência e que orientam a prática de seus professores.

### **Análise da Dimensão Pedagógica: algumas aproximações**

O documento analisado compreende as intenções da comunidade escolar para o quadriênio 2017-2020 de uma unidade escolar pertencente a um sistema de ensino municipal que estabelece, para as escolas que compõe seu sistema, a elaboração do PPP a cada quatro anos. Esse sistema permite às unidades, no desenvolvimento e acompanhamento do Projeto, ao observar a necessidade de alteração da trajetória prevista, após as indicações do Conselho de Escola, que seja possível sua atualização a cada ano.

A partir da análise realizada no PPP dessa unidade foi possível inferir que o Projeto apresenta a estrutura redacional indicada por Palma

Filho (2013), Veiga (2001), Lück (2004), contemplando as dimensões estruturais, de recursos humanos e pedagógicos.

Percebe-se a preocupação em caracterizar a escola, apresentar seus indicadores de eficiência, bem como indicar as metas a serem cumpridas. O documento é composto por vários anexos: plano de trabalho da direção e da coordenação pedagógica; indicadores da evolução da aprendizagem dos estudantes; plano de ação para a escola e todos os projetos elaborados para serem desenvolvido pela equipe.

Contempla, também, a organização curricular; os horários e os tempos didáticos. Percebe-se que existe uma preocupação em definir as competências e habilidades a serem trabalhadas em cada ano da escolarização, mencionando sempre o amparo legal para a tomada das decisões.

É possível verificar que nesta unidade escolar os indicadores relacionados à evasão inexistem e que os números referentes à retenção são baixos e concentram-se nos segundos e terceiros anos do ensino fundamental anos iniciais. Pode-se inferir que este dado esteja relacionado ao término do ciclo de alfabetização. Analisando as normativas deste sistema constata-se que em relação à avaliação da aprendizagem do 1º ao 3º ano - ciclo de alfabetização, não existe reprovação. Nos 4º e 5º anos, turmas seriadas, com possibilidade de reprovação.

Em análise mais profunda verificou-se nos registros da unidade a ausência de indicadores de evasão e, em relação à reprovação, mesmo o 2º ano pertencendo ao ciclo de alfabetização observa-se percentual de reprovação, justificado por estudantes que não haviam tido a oportunidade de frequentar todo o ciclo e alunos público alvo da educação especial.

Estes índices podem ser observados na construção dos projetos indicadores ligados ao desempenho escolar: Formação de Leitores Competentes, Ler e Escrever com Prazer, Pitagóras na Escola, atendimento na sala de recurso multifuncional e Reforço Escolar. Outros projetos estão voltados para os problemas da comunidade, tais como: a Dengue na Escola; Coleta Seletiva de Lixo, Ecologia, Educação para a Paz, Meio Ambiente Institucional e *Bullyng*.

A natureza e descrição dos projetos elaborados na escola indicam que foram construídos com a participação da equipe escolar, considerando as necessidades percebidas a partir da interação com a comunidade. Nota-se que essa garantia estabelecida em lei é um avanço para a educação básica, que deve levar em conta que a comunidade escolar tem condições de refletir sobre a escola que se tem para buscar a construção da escola que se quer para todos.

No que diz respeito ao cerne deste estudo, a dimensão pedagógica, nota-se que a unidade escolar busca mapear os indicadores dos resultados de seus estudantes nas avaliações externas: Provinha Brasil, Prova Brasil e SARESP, correlacionando-os aos percentuais obtidos pelo conjunto de escolas da cidade, do Estado de São Paulo e os do país.

Os registros da escola revelam que em relação ao indicador de nível adequado na competência de resolução de problemas, até o 5º ano do Ensino Fundamental, a unidade escolar apresenta indicador de que 94% de seus estudantes demonstrando ter aprendizado esperado, índice superior ao da cidade de Assis (63%), do Estado de São Paulo (54%) e ao do Brasil (39%).

Em relação ao desempenho demonstrado pelos estudantes desta faixa de escolarização em Língua Portuguesa, o percentual de aprendizado adequado ainda é superior. Os dados revelam que a proporção de

estudantes que aprenderam o considerado adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano na escola analisada foi de 97%; na cidade de Assis 68%; no Estado de São Paulo 65% e no país 50%.

A análise do PPP e dos indicadores revela, ainda, a preocupação da instituição em acompanhar a evolução do rendimento escolar de seus estudantes, constatando, ao longo do tempo, seu desenvolvimento e os percentuais de rendimento. A título de exemplificação, apresenta-se a seguir o quadro de nível de proficiência dos estudantes do 5º ano em língua Portuguesa:

**QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA - PORTUGUÊS 5º ANO**

	Percentual	Nível de Proficiência	Nº de estudantes	Observação
2011	48%	Avançado	19	Além da expectativa
	38%	Proficiente	15	Aprendizado esperado
	12%	Básico	05	Pouco aprendido
	2%	Insuficiente	01	Quase nenhum aprendido
2013	48%	Avançado	13	Além da expectativa
	45%	Proficiente	12	Aprendizado esperado
	7%	Básico	02	Pouco aprendido
	0%	Insuficiente	00	Quase nenhum aprendido
2015	50%	Avançado	18	Além da expectativa
	47%	Proficiente	17	Aprendizado esperado
	0%	Básico	00	Pouco aprendido
	3%	Insuficiente	01	Quase nenhum aprendido

Fonte: Projeto Político Pedagógico 2017 - 2020. Escola Municipal

A partir da apreciação dos dados de nível de proficiência em Português constata-se que a unidade escolar tem apresentado melhoria no desempenho dos estudantes, evidenciando a cada avaliação o percentual de estudantes em nível avançado, o que demonstra preocupação com a dimensão pedagógica, no sentido de verificação do rendimento escolar para que se possa intervir nas ações pedagógicas elaboradas pela equipe escolar.

Em relação à proficiência em Matemática verificou-se que a proporção de estudantes que aprenderam acima da expectativa na competência de resolução de problemas até o 5º ano também é maior nesta unidade escolar. Considerando que a turma analisada estava composta por 36 estudantes, destes 34 demonstraram aprendizado adequado (Além da expectativa e Aprendizado esperado), o equivalente a 94%, percentual acima do indicador da cidade de Assis (63%); do Estado de São Paulo (54%) e do Brasil (39%).

A apreciação dos resultados na área de matemática também aponta crescimento do nível de proficiência de uma avaliação para a outra. Observou-se também, que os projetos curriculares mencionados no Projeto Político Pedagógico da escola foram pensados para sanar as dificuldades apontadas nos indicadores das avaliações externas. Conforme pontua Lück (2004), o acompanhamento do desempenho anual possibilita o repensar das ações desenvolvidas, indicando novos percursos formativos. A seguir o quadro de evolução do alunado na área de matemática que subsidiou a elaboração do PPP para o quadriênio 2017-2020:

**QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA - MATEMÁTICA 5º ANO**

	Percentual	Nível de Proficiência	Nº de estudantes	Observação
2011	45%	Avançado	18	Além da expectativa
	35%	Proficiente	15	Aprendizado esperado
	20%	Básico	08	Pouco aprendido
	0%	Insuficiente	00	Quase nenhum aprendido
<hr/>				
2013	59%	Avançado	16	Além da expectativa
	26%	Proficiente	07	Aprendizado esperado
	15%	Básico	04	Pouco aprendido
	0%	Insuficiente	00	Quase nenhum aprendido
<hr/>				
2015	56%	Avançado	20	Além da expectativa
	38%	Proficiente	14	Aprendizado esperado
	3%	Básico	01	Pouco aprendido
	3%	Insuficiente	01	Quase nenhum aprendido

Fonte: Projeto Político Pedagógico 2017 - 2020. Escola Municipal

No campo da matemática, constatou-se o mesmo avanço a cada avaliação externa, conforme demonstrado no quadro anterior. É importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico desta unidade escolar destaca o rendimento dos estudantes como ponto relevante para reflexão da prática e como ponto de partida para o planejamento.

No gráfico da evolução do nível de aprendizagem dos estudantes desta unidade escolar também são apresentados os resultados da Provinha Brasil do 2º ano do Ensino Fundamental, indicando os estudantes que necessitam de acompanhamento específico. Nesse sentido, pode-se

observar que a melhoria dos resultados do 5º ano é um contínuo de ações que são desenvolvidas pela equipe durante toda a trajetória de formação.

Outro aspecto que a análise do Projeto Político Pedagógico evidencia é a preocupação da escola em analisar os critérios de eficácia escolar. A unidade utiliza os critérios indicados pelo PDE-Interativo, programa que objetiva apoiar as ações de formação de profissionais do magistério da educação básica pública, em atendimento às demandas de formação continuada, contemplando os seguintes eixos:

Eixo 01 - Ensino e Aprendizagem: currículo organizado e articulado; proteção do tempo de aprendizagem; práticas efetivas dentro da sala de aula; estratégias de ensino diferenciadas; disponibilidade e utilização de recursos didático-pedagógicos e Avaliação contínua do rendimento dos alunos.

Eixo 02 - Clima Escolar: estabelecimento de altos padrões de ensino; altas expectativas em relação à aprendizagem dos estudantes; comunicação regular entre a equipe escolar, pais e comunidade; presença efetiva do diretor no acompanhamento da aprendizagem dos educandos; ambiente escolar organizado; normas e regulamentos escolares definidos; confiança dos professores em seu trabalho; compromisso e preocupação da equipe escolar com os estudantes e com a escola e trabalho em equipe.

Eixo 03 - Infraestrutura: instalações adequadas da Escola e equipamentos necessários para o desenvolvimento de toda ação desenvolvida pela unidade escolar (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2017-2020).

A análise de conteúdo presente neste estudo pode revelar que a dimensão pedagógica está contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola. Percebe-se que existe correlação entre o que apontam os autores, a legislação e o documento elaborado pela unidade escolar.

Pode-se inferir que o PPP é utilizado como um instrumento dinâmico e indica o direcionamento das ações que a escola deve tomar, principalmente quando contemplam a participação de pais, alunos, professores e gestores na sua elaboração, execução e avaliação. Verificou-se, na análise de conteúdo, por intermédio das atas de registro das reuniões com o Conselho de Escola, que esta unidade encaminhou alterações das estratégias traçadas, ora por terem atingido as metas esperadas, ora por necessidade de rever procedimentos didáticos pedagógicos que interferiram na prática docente.

Observou-se, ainda, que o projeto proposto demonstra preocupação com as necessidades de cada um dos alunos, à medida que prevê a elaboração de planos de acompanhamentos, atividades que favoreçam a participação coletiva e a interação dos estudantes e das famílias.

Outra via de ação explicitada no Projeto Político Pedagógico e indicada na revisão de literatura e nas normativas legais refere-se à formação docente. O documento aponta as necessidades formativas da equipe docente, de modo a proporcionar a reflexão da prática pedagógica, conforme expresso no plano de ação da unidade escolar:

[...] análise dos indicadores de aprendizagem, da observação das condições oferecidas pela escola, da reflexão sobre as estratégias didáticas dos professores, do olhar para o trabalho da equipe gestora, do envolvimento dos demais segmentos no processo avaliativo, do aprimoramento do conselho de classe e da definição um plano de ação (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2017 – 2020).

Outro ponto que destacamos na análise deste PPP é que a escola enfatiza o trabalho realizado com os estudantes com deficiência, com autismo e com altas habilidades e superdotação, deixando claro quais são



as adequações curriculares necessárias para a acessibilidade ao currículo por intermédio de planos individualizados. Sinaliza também a necessidade de formação docente para o atendimento às especificidades destes estudantes.

### **Considerações Finais**

O Projeto Político Pedagógico, como documento orientador das ações da escola, busca iniciativas que permitam desenvolver uma educação que atenda às necessidades daquela comunidade. Este documento deve ser entendido como um instrumento que pode oferecer subsídios para que os profissionais da educação conduzam suas ações de forma a assegurar o direito inalienável de educação de qualidade para todos.

Retomando o objetivo desse estudo, verificar como é contemplada a dimensão pedagógica no PPP da escola objeto da pesquisa, pode-se constatar que esta unidade dá ao aspecto pedagógico seu lugar de destaque. O documento analisado permite inferir que há uma preocupação com o desempenho dos estudantes e, conseqüentemente, com a melhoria do ensino.

Esta preocupação é evidenciada nos projetos implantados, na dinâmica de formação continuada dos docentes e nas discussões com a comunidade escolar. Outrossim, vale destacar que o presente estudo não teve como propósito esgotar as discussões sobre a temática, pois compreende-se a limitação da análise - estudo de um único PPP. Entretanto, acredita-se que a pesquisa poderá contribuir para discussões futuras voltadas para a relevância da dimensão pedagógica presente no Projeto Político Pedagógico.

Este estudo permitiu constatar aquilo que os autores apresentados na discussão teórica problematizaram, entre elas a preocupação do PPP ser compreendido apenas como documento técnico e burocrático, deixando

de cumprir sua real finalidade. Porém, enfatizamos que esta relação não é explícita, pois existem os protocolos burocráticos oficiais.

Nessa perspectiva, a dimensão pedagógica deve ser contemplada como elemento principal das propostas e das ações desenvolvidas pela equipe escolar. Outro ponto de destaque neste estudo é que para além de ser um documento formal, exigido pelos órgãos oficiais, o Projeto Político Pedagógico da escola deve ser elaborado e reelaborado a partir da realidade de cada comunidade escolar. Utilizado a partir desse pressuposto, o PPP revela-se como um instrumento que representa os anseios e as necessidades dos estudantes, contribuindo para a autonomia das escolas.

## **Referências**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora 70, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5/10/1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei 9394/96, 20 dez. 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 05 de maio de 2020.

GANDIN, A. B; FRANKE, S. S. **A organização de Projetos na escola: um sonho possível**. Brasília: Loyola, 2005.

GANDIN, D.; GANDIN, L. A. **Temas para um Projeto Político Pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5ª edição. **Revista ampliada**. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PALMA, F. J. C. **Projeto Político Pedagógico da escola**: apontamentos para o planejamento das ações educativas - Caderno de Gestão Curricular - UNESP/UNIVESP, 2013.

PPP - **Projeto Político Pedagógico** - EMEIF Prof<sup>a</sup> Angélica Amorim Pereira, Ano 2017-2020, SME, Assis/SP.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, M. A. Do projeto político do Banco Mundial: ao projeto político pedagógico da escola pública brasileira. *In: Arte & Manhas dos Projetos Políticos e Pedagógicos*. Campinas – SP: CEDES, 2003, v.23/n.61r

STAKE, R.E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Tradução: Karla Reis; Revisão técnica: Nilda Jacks - Porto Alegre: Penso, 2011.

VEIGA, I. P. O Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In: Projeto Político Pedagógico da Escola*: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995. p. 11-36.

VEIGA, I. P. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma nova construção possível. (10<sup>a</sup> edição). Campinas: Papirus, 2000.

VEIGA, I. P. Projeto Político-Pedagógico: Novas Trilhas para a escola.  
*In*: VEIGA, I. P. As **dimensões do Projeto Político-Pedagógico**.  
Campinas: Papirus, 2001. P.45-68.



# PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: ANÁLISE DA DIMENSÃO PEDAGÓGICA

---

*Luciana Siqueira Rosseto Salotti*<sup>23</sup>

*Rosimeire dos Santos*<sup>24</sup>

## Introdução

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/96), em consonância com a Constituição Federal de 1988, estabelece o princípio democrático e participativo para a escola pública. Para garantia desse princípio, o artigo 12 desta lei indica alguns procedimentos: “I - a elaboração e a execução da proposta pedagógica; [...] VI a articulação com as famílias e a criação de processos de integração da sociedade com a escola” (BRASIL, 1996).

Nessa direção, o documento referência para a escola dos registros de todas as ações desenvolvidas no ambiente escolar de caráter político, pedagógico, administrativo e organizacional e que deve ser construído com a participação de todos os envolvidos no processo é o Projeto Político

---

<sup>23</sup> Doutora em Linguística Aplicada aos Estudos da Linguagem PUC/SP – Docente da Faculdade de Tecnologia – FATEC Assis – Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Coletivo de Pesquisadores em Políticas Públicas Educacionais – COPPE – pós-graduação UNESP –Marília. E-mail: lucianasrsalotti@gmail.com

<sup>24</sup> Doutora em Educação Escolar- UNESP- FCLAR – Pesquisadora da Rede Internacional de Pesquisa em Intervenção em Altas Capacidades – REINEVA. Assessora Técnica da Secretaria Municipal da Educação de Assis/SP. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Coletivo de Pesquisadores em Políticas Públicas Educacionais – COPPE – pós-graduação UNESP –Marília. E-mail: meiresan\_unitaly@gmail.com

Pedagógico (PPP). Este deve direcionar as ações educativas e estar associado a um projeto histórico social que possibilite a compreensão sobre o papel da escola na comunidade em que está inserida.

Autores como Gandin e Gandin (1999), Veiga (2001), Gandin e Franke (2005) defendem que o PPP, construído com a participação coletiva, possibilita à escola exercitar sua autonomia e estabelecer os princípios que nortearão suas ações pedagógicas. O papel político e pedagógico que a escola deve cumprir na sociedade representa o procedimento indicado pela legislação para a garantia do princípio de gestão democrática.

Compreendemos que o aspecto principal de toda ação da escola deve ser pautado na dimensão pedagógica e na sua construção coletiva. Conforme assinala Saviani (1983), o PPP deve expressar os interesses reais e coletivos da escola, pois materializa duas dimensões indissociáveis: a política e a pedagógica. O autor (1983) afirma que a “dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica” (p. 93).

Nesse sentido, a dimensão política presente no PPP expressa a visão de mundo, de sociedade e de homem que a escola – representada por sua comunidade – deseja para as crianças e jovens. Essas visões definem a ação educativa, ou seja, a dimensão pedagógica, que está diretamente relacionada ao processo de ensino e aprendizagem e que envolve as ações de acompanhamento do desempenho dos estudantes, as abordagens curriculares, as estratégias de intervenção e o plano de ensino.

Veiga (2000) afirma que a intencionalidade é o que dá clareza ao PPP. Assim, a organização do trabalho pedagógico prescinde a organização da escola como um todo, incluindo sua relação com o contexto social, preservando a visão da totalidade. Para o autor esta totalidade deve ser

decorrente da reflexão e do posicionamento a respeito da sociedade, do homem e da educação.

Discorrendo em relação à dimensão pedagógica, Libâneo (2004) aponta que ela pressupõe a organização de alguns aspectos: vida escolar, processo de ensino e aprendizagem e as atividades técnico-administrativas. Acrescenta que “[...] refere-se à finalidade da ação educativa, implicando objetivos sociopolíticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa” (p. 29).

Ações pautadas nas normativas legais apontam a necessidade da participação na elaboração do PPP, tanto nos aspectos pedagógicos como nos de gestão escolar, que estão contemplados na LDBEN 9394/96 em seu Título II, artigo 13, incisos I “participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” e II “elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino” (BRASIL, 1996).

Entretanto, percebe-se a necessidade de reconhecer nesse documento sua devida importância, ou seja, não o considerar apenas como um mero documento formal, mas como uma ferramenta que norteia todo o trabalho pedagógico da instituição escolar. Conforme assinala Veiga (1995, p. 12) “[...] não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas burocráticas”.

Neste sentido, o PPP é o documento que facilita e orienta o processo de ensino e aprendizagem da escola, servindo como registro de evidências da trajetória de formação dos estudantes, o que permite rever o percurso de formação e o contexto histórico da comunidade, possibilitando encaminhar ações para o futuro.



Deste modo, se o PPP é a materialização das intenções das dimensões política e pedagógica, pode-se afirmar que representa, portanto, as necessidades da comunidade?

Partindo deste questionamento este estudo analisou o PPP de uma escola pública do interior paulista, o que se justifica pelo reconhecimento da relevância de um documento norteador de todas as ações pedagógicas e de gestão escolar que, construído coletivamente, represente a realidade da escola, suas necessidades e os caminhos para a superação das dificuldades. Com esta finalidade este estudo proporciona uma reflexão com foco na análise da dimensão pedagógica. Para tanto, na próxima seção apresenta um breve panorama dos apontamentos teóricos e legais sobre a temática, seguida da seção que exhibe os resultados obtidos na análise do documento da escola.

### **Apontamentos legais e teóricos: indicações para a construção do PPP**

A LDBEN/96 estabelece o princípio de gestão democrática e delega às escolas, aos profissionais da educação e às famílias a elaboração do Projeto Político Pedagógico da Escola, de acordo com as suas peculiaridades. Além disso, esta lei, no artigo 32, inciso III trata a autonomia da escola como princípio de toda a educação nacional, confirmando o artigo 205, inciso III da Constituição Federal de 1988, que contempla o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

Palma Filho (2013) ressalta que, em relação à Educação Básica, a LDBEN/96, pela primeira vez estabelece as incumbências das escolas e dos docentes de elaborar e executar o PPP da escola, resgatando a importância do planejamento das atividades escolares de modo participativo, com foco na aprendizagem dos estudantes.

Refletir sobre as intenções educativas da escola e se responsabilizar pela aprendizagem dos alunos de modo que a comunidade escolar possa decidir sobre as formas e os modos de desenvolver o trabalho educacional é premissa para a elaboração do PPP. Neste sentido, a permanente reflexão por parte da equipe escolar e da comunidade é ponto chave para a construção da identidade escolar.

Veiga (1995) destaca que as intenções educativas da escola revelam a sua concepção de educação; de estudante; de prática educacional e de participação, identificando qual é a função social que baliza o trabalho de todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem.

Nesta mesma direção, Palma Filho (2013) argumenta que esse processo de articulação e construção requer a contribuição de todos os envolvidos nas atividades educacionais (equipe gestora, docentes, estudantes, pais e comunidade) e ressalta que é necessário levantar questões a serem trabalhadas e resolvidas na escola.

Para tanto, o processo de elaboração de um PPP evidencia que é necessário conhecer a realidade do estudante; o contexto socioeconômico que envolve o ambiente escolar; a formação dos docentes e os recursos disponíveis, a fim de articular ações e buscar alternativas que possam incluir todos os educandos da escola. Considerando que este instrumento, o Projeto Político Pedagógico, é o documento norteador que orienta todas as ações em âmbito escolar.

Este autor ressalta a importância de que se mantenha um processo constante de reflexão por parte da equipe escolar, assinalando que “só é possível mediante um processo de planejamento participativo, que é preciso refletir sobre as intenções educativas da escola, bem como deixar clara sua função social” (PALMA FILHO, 2013, p. 3).

Neste contínuo, Veiga (1998) categoriza o PPP elencando-os em três aspectos: filosófico-sociológico; epistemológico e didático-metodológico. Além categorizá-lo, aponta para a necessidade de reflexão coletiva, propondo algumas indagações para orientar as discussões:

Qual é o contexto filosófico, sociopolítico e cultural em que a escola está inserida?

Que concepção de homem se tem?

Que valores devem ser defendidos na sua formação?

O que entendemos por cidadania e cidadão?

Em que medida a escola contribui para a cidadania? (VEIGA, 1998, p. 19)

Em relação aos aspectos epistemológicos e didático-metodológicos a autora pontua que as indagações supramencionadas estão diretamente relacionadas ao projeto curricular, que corresponde às intenções definidas pelo corpo docente, pautada no contexto geral da escola, que indicam as estratégias de intervenção didático-pedagógicas a serem utilizadas na prática docente.

Neste sentido, é importante que o PPP revele o movimento da escola em direção a uma educação que objetive promover a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, pois quando estão embasadas na percepção da realidade suas determinações refletem o tipo de cidadão que se pretende formar.

É também papel da equipe escolar promover a participação efetiva de todos da comunidade na construção da escola como instituição viva, dinâmica, decidindo em conjunto as ações que validam o compromisso

com os valores, princípios e objetivos educacionais traçados no Projeto Político Pedagógico, respeitando a diversidade e seu contexto social.

A partir deste recorte legal e teórico evidencia-se a importância do PPP para a consolidação das dimensões política e pedagógica e da relevância da participação da comunidade na sua elaboração e no seu desenvolvimento, para que suas ações legitimem o direito à educação.

Para alcançar o objetivo proposto nesse estudo, voltado para identificação da dimensão pedagógica do PPP, o caminho metodológico escolhido foi o da análise documental.

Segundo Lüdke e André (1986), para realizar um estudo nessa direção, o pesquisador necessita delinear os caminhos a serem descritos, o contexto de investigação e o instrumento a ser analisado. “[...] o pesquisador, como membro de um determinado tempo e de uma específica sociedade, irá refletir em seu trabalho de pesquisa os valores, os princípios considerados importantes naquela sociedade, naquela época” (ANDRÉ E LÜDKE, 1986, p. 2).

Assim, o material selecionado para análise foi o Projeto Político Pedagógico de uma Escola de Educação Infantil e Ensino Fundamental Anos Iniciais, pertencente a uma rede municipal de ensino.

O estudo foi realizado a partir da revisão bibliográfica com o intuito de compreender o que a literatura indica em relação à construção do PPP, bem como quais são os indicadores legais para essa construção. Desse modo, a partir da análise da legislação vigente e da revisão teórica sobre a temática é que as informações foram cotejadas.

Na análise documental examinou-se o Projeto Político Pedagógico da unidade escolar levantando os indicadores da dimensão pedagógica presentes na documentação oficial da instituição. Os dados levantados

foram interpretados visando estabelecer relações e inferências com os documentos legais e os pressupostos teóricos. Para Stake (2011), “[...] a análise dos dados implica na organização de todo material buscando relações e inferências” (STAKE, 2011, p. 151).

Para realizar estas relações e inferências utilizou-se a análise de conteúdo, indicada por Bardin (2008), que descreve e interpreta o conteúdo de toda classe de documentos e textos, conduzindo à análise sistemática qualitativa que auxilia a interpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados.

Nesta perspectiva, a apreciação do PPP da unidade escolar objeto de estudo teve como intuito descrever a organização das ações pedagógicas contempladas no Projeto Político Pedagógico, buscando conhecer a filosofia da escola, as linhas de ação pedagógica e as bases teóricas que sustentam as concepções de Educação, de Sociedade e de Ciência e que orientam a prática de seus professores.

### **Análise da Dimensão Pedagógica: algumas aproximações**

O documento analisado compreende as intenções da comunidade escolar para o quadriênio 2017-2020 de uma unidade escolar pertencente a um sistema de ensino municipal que estabelece, para as escolas que compõe seu sistema, a elaboração do PPP a cada quatro anos. Esse sistema permite às unidades, no desenvolvimento e acompanhamento do Projeto, ao observar a necessidade de alteração da trajetória prevista, após as indicações do Conselho de Escola, que seja possível sua atualização a cada ano.

A partir da análise realizada no PPP dessa unidade foi possível inferir que o Projeto apresenta a estrutura redacional indicada por Palma

Filho (2013), Veiga (2001), Lück (2004), contemplando as dimensões estruturais, de recursos humanos e pedagógicos.

Percebe-se a preocupação em caracterizar a escola, apresentar seus indicadores de eficiência, bem como indicar as metas a serem cumpridas. O documento é composto por vários anexos: plano de trabalho da direção e da coordenação pedagógica; indicadores da evolução da aprendizagem dos estudantes; plano de ação para a escola e todos os projetos elaborados para serem desenvolvido pela equipe.

Contempla, também, a organização curricular; os horários e os tempos didáticos. Percebe-se que existe uma preocupação em definir as competências e habilidades a serem trabalhadas em cada ano da escolarização, mencionando sempre o amparo legal para a tomada das decisões.

É possível verificar que nesta unidade escolar os indicadores relacionados à evasão inexistem e que os números referentes à retenção são baixos e concentram-se nos segundos e terceiros anos do ensino fundamental anos iniciais. Pode-se inferir que este dado esteja relacionado ao término do ciclo de alfabetização. Analisando as normativas deste sistema constata-se que em relação à avaliação da aprendizagem do 1º ao 3º ano - ciclo de alfabetização, não existe reprovação. Nos 4º e 5º anos, turmas seriadas, com possibilidade de reprovação.

Em análise mais profunda verificou-se nos registros da unidade a ausência de indicadores de evasão e, em relação à reprovação, mesmo o 2º ano pertencendo ao ciclo de alfabetização observa-se percentual de reprovação, justificado por estudantes que não haviam tido a oportunidade de frequentar todo o ciclo e alunos público alvo da educação especial.

Estes índices podem ser observados na construção dos projetos indicadores ligados ao desempenho escolar: Formação de Leitores Competentes, Ler e Escrever com Prazer, Pitágoras na Escola, atendimento na sala de recurso multifuncional e Reforço Escolar. Outros projetos estão voltados para os problemas da comunidade, tais como: a Dengue na Escola; Coleta Seletiva de Lixo, Ecologia, Educação para a Paz, Meio Ambiente Institucional e *Bullyng*.

A natureza e descrição dos projetos elaborados na escola indicam que foram construídos com a participação da equipe escolar, considerando as necessidades percebidas a partir da interação com a comunidade. Nota-se que essa garantia estabelecida em lei é um avanço para a educação básica, que deve levar em conta que a comunidade escolar tem condições de refletir sobre a escola que se tem para buscar a construção da escola que se quer para todos.

No que diz respeito ao cerne deste estudo, a dimensão pedagógica, nota-se que a unidade escolar busca mapear os indicadores dos resultados de seus estudantes nas avaliações externas: Provinha Brasil, Prova Brasil e SARESP, correlacionando-os aos percentuais obtidos pelo conjunto de escolas da cidade, do Estado de São Paulo e os do país.

Os registros da escola revelam que em relação ao indicador de nível adequado na competência de resolução de problemas, até o 5º ano do Ensino Fundamental, a unidade escolar apresenta indicador de que 94% de seus estudantes demonstrando ter aprendizado esperado, índice superior ao da cidade de Assis (63%), do Estado de São Paulo (54%) e ao do Brasil (39%).

Em relação ao desempenho demonstrado pelos estudantes desta faixa de escolarização em Língua Portuguesa, o percentual de aprendizado adequado ainda é superior. Os dados revelam que a proporção de

estudantes que aprenderam o considerado adequado na competência de leitura e interpretação de textos até o 5º ano na escola analisada foi de 97%; na cidade de Assis 68%; no Estado de São Paulo 65% e no país 50%.

A análise do PPP e dos indicadores revela, ainda, a preocupação da instituição em acompanhar a evolução do rendimento escolar de seus estudantes, constatando, ao longo do tempo, seu desenvolvimento e os percentuais de rendimento. A título de exemplificação, apresenta-se a seguir o quadro de nível de proficiência dos estudantes do 5º ano em língua Portuguesa:

**QUADRO 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA - PORTUGUÊS 5º ANO**

	Percentual	Nível de Proficiência	Nº de estudantes	Observação
2011	48%	Avançado	19	Além da expectativa
	38%	Proficiente	15	Aprendizado esperado
	12%	Básico	05	Pouco aprendizado
	2%	Insuficiente	01	Quase nenhum aprendizado
2013	48%	Avançado	13	Além da expectativa
	45%	Proficiente	12	Aprendizado esperado
	7%	Básico	02	Pouco aprendizado
	0%	Insuficiente	00	Quase nenhum aprendizado
2015	50%	Avançado	18	Além da expectativa
	47%	Proficiente	17	Aprendizado esperado
	0%	Básico	00	Pouco aprendizado
	3%	Insuficiente	01	Quase nenhum aprendizado

Fonte: Projeto Político Pedagógico 2017 - 2020. Escola Municipal



A partir da apreciação dos dados de nível de proficiência em Português constata-se que a unidade escolar tem apresentado melhoria no desempenho dos estudantes, evidenciando a cada avaliação o percentual de estudantes em nível avançado, o que demonstra preocupação com a dimensão pedagógica, no sentido de verificação do rendimento escolar para que se possa intervir nas ações pedagógicas elaboradas pela equipe escolar.

Em relação à proficiência em Matemática verificou-se que a proporção de estudantes que aprenderam acima da expectativa na competência de resolução de problemas até o 5º ano também é maior nesta unidade escolar. Considerando que a turma analisada estava composta por 36 estudantes, destes 34 demonstraram aprendizado adequado (Além da expectativa e Aprendizado esperado), o equivalente a 94%, percentual acima do indicador da cidade de Assis (63%); do Estado de São Paulo (54%) e do Brasil (39%).

A apreciação dos resultados na área de matemática também aponta crescimento do nível de proficiência de uma avaliação para a outra. Observou-se também, que os projetos curriculares mencionados no Projeto Político Pedagógico da escola foram pensados para sanar as dificuldades apontadas nos indicadores das avaliações externas. Conforme pontua Lück (2004), o acompanhamento do desempenho anual possibilita o repensar das ações desenvolvidas, indicando novos percursos formativos. A seguir o quadro de evolução do alunado na área de matemática que subsidiou a elaboração do PPP para o quadriênio 2017-2020:

**QUADRO 2 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES POR NÍVEL DE PROFICIÊNCIA - MATEMÁTICA 5º ANO**

	Percentual	Nível de Proficiência	Nº de estudantes	Observação
2011	45%	Avançado	18	Além da expectativa
	35%	Proficiente	15	Aprendizado esperado
	20%	Básico	08	Pouco aprendido
	0%	Insuficiente	00	Quase nenhum aprendido
2013	59%	Avançado	16	Além da expectativa
	26%	Proficiente	07	Aprendizado esperado
	15%	Básico	04	Pouco aprendido
	0%	Insuficiente	00	Quase nenhum aprendido
2015	56%	Avançado	20	Além da expectativa
	38%	Proficiente	14	Aprendizado esperado
	3%	Básico	01	Pouco aprendido
	3%	Insuficiente	01	Quase nenhum aprendido

Fonte: Projeto Político Pedagógico 2017 - 2020. Escola Municipal

No campo da matemática, constatou-se o mesmo avanço a cada avaliação externa, conforme demonstrado no quadro anterior. É importante ressaltar que o Projeto Político Pedagógico desta unidade escolar destaca o rendimento dos estudantes como ponto relevante para reflexão da prática e como ponto de partida para o planejamento.

No gráfico da evolução do nível de aprendizagem dos estudantes desta unidade escolar também são apresentados os resultados da Provinha Brasil do 2º ano do Ensino Fundamental, indicando os estudantes que necessitam de acompanhamento específico. Nesse sentido, pode-se

observar que a melhoria dos resultados do 5º ano é um contínuo de ações que são desenvolvidas pela equipe durante toda a trajetória de formação.

Outro aspecto que a análise do Projeto Político Pedagógico evidencia é a preocupação da escola em analisar os critérios de eficácia escolar. A unidade utiliza os critérios indicados pelo PDE-Interativo, programa que objetiva apoiar as ações de formação de profissionais do magistério da educação básica pública, em atendimento às demandas de formação continuada, contemplando os seguintes eixos:

Eixo 01 - Ensino e Aprendizagem: currículo organizado e articulado; proteção do tempo de aprendizagem; práticas efetivas dentro da sala de aula; estratégias de ensino diferenciadas; disponibilidade e utilização de recursos didático-pedagógicos e Avaliação contínua do rendimento dos alunos.

Eixo 02 - Clima Escolar: estabelecimento de altos padrões de ensino; altas expectativas em relação à aprendizagem dos estudantes; comunicação regular entre a equipe escolar, pais e comunidade; presença efetiva do diretor no acompanhamento da aprendizagem dos educandos; ambiente escolar organizado; normas e regulamentos escolares definidos; confiança dos professores em seu trabalho; compromisso e preocupação da equipe escolar com os estudantes e com a escola e trabalho em equipe.

Eixo 03 - Infraestrutura: instalações adequadas da Escola e equipamentos necessários para o desenvolvimento de toda ação desenvolvida pela unidade escolar (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2017-2020).

A análise de conteúdo presente neste estudo pode revelar que a dimensão pedagógica está contemplada no Projeto Político Pedagógico da escola. Percebe-se que existe correlação entre o que apontam os autores, a legislação e o documento elaborado pela unidade escolar.

Pode-se inferir que o PPP é utilizado como um instrumento dinâmico e indica o direcionamento das ações que a escola deve tomar, principalmente quando contemplam a participação de pais, alunos, professores e gestores na sua elaboração, execução e avaliação. Verificou-se, na análise de conteúdo, por intermédio das atas de registro das reuniões com o Conselho de Escola, que esta unidade encaminhou alterações das estratégias traçadas, ora por terem atingido as metas esperadas, ora por necessidade de rever procedimentos didáticos pedagógicos que interferiram na prática docente.

Observou-se, ainda, que o projeto proposto demonstra preocupação com as necessidades de cada um dos alunos, à medida que prevê a elaboração de planos de acompanhamentos, atividades que favoreçam a participação coletiva e a interação dos estudantes e das famílias.

Outra via de ação explicitada no Projeto Político Pedagógico e indicada na revisão de literatura e nas normativas legais refere-se à formação docente. O documento aponta as necessidades formativas da equipe docente, de modo a proporcionar a reflexão da prática pedagógica, conforme expresso no plano de ação da unidade escolar:

[...] análise dos indicadores de aprendizagem, da observação das condições oferecidas pela escola, da reflexão sobre as estratégias didáticas dos professores, do olhar para o trabalho da equipe gestora, do envolvimento dos demais segmentos no processo avaliativo, do aprimoramento do conselho de classe e da definição um plano de ação (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2017 – 2020).

Outro ponto que destacamos na análise deste PPP é que a escola enfatiza o trabalho realizado com os estudantes com deficiência, com autismo e com altas habilidades e superdotação, deixando claro quais são

as adequações curriculares necessárias para a acessibilidade ao currículo por intermédio de planos individualizados. Sinaliza também a necessidade de formação docente para o atendimento às especificidades destes estudantes.

### **Considerações Finais**

O Projeto Político Pedagógico, como documento orientador das ações da escola, busca iniciativas que permitam desenvolver uma educação que atenda às necessidades daquela comunidade. Este documento deve ser entendido como um instrumento que pode oferecer subsídios para que os profissionais da educação conduzam suas ações de forma a assegurar o direito inalienável de educação de qualidade para todos.

Retomando o objetivo desse estudo, verificar como é contemplada a dimensão pedagógica no PPP da escola objeto da pesquisa, pode-se constatar que esta unidade dá ao aspecto pedagógico seu lugar de destaque. O documento analisado permite inferir que há uma preocupação com o desempenho dos estudantes e, conseqüentemente, com a melhoria do ensino.

Esta preocupação é evidenciada nos projetos implantados, na dinâmica de formação continuada dos docentes e nas discussões com a comunidade escolar. Outrossim, vale destacar que o presente estudo não teve como propósito esgotar as discussões sobre a temática, pois compreende-se a limitação da análise - estudo de um único PPP. Entretanto, acredita-se que a pesquisa poderá contribuir para discussões futuras voltadas para a relevância da dimensão pedagógica presente no Projeto Político Pedagógico.

Este estudo permitiu constatar aquilo que os autores apresentados na discussão teórica problematizaram, entre elas a preocupação do PPP ser compreendido apenas como documento técnico e burocrático, deixando

de cumprir sua real finalidade. Porém, enfatizamos que esta relação não é explícita, pois existem os protocolos burocráticos oficiais.

Nessa perspectiva, a dimensão pedagógica deve ser contemplada como elemento principal das propostas e das ações desenvolvidas pela equipe escolar. Outro ponto de destaque neste estudo é que para além de ser um documento formal, exigido pelos órgãos oficiais, o Projeto Político Pedagógico da escola deve ser elaborado e reelaborado a partir da realidade de cada comunidade escolar. Utilizado a partir desse pressuposto, o PPP revela-se como um instrumento que representa os anseios e as necessidades dos estudantes, contribuindo para a autonomia das escolas.

## **Referências**

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Editora 70, 2008.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5/10/1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 05 de maio de 2020.

BRASIL. **Lei 9394/96, 20 dez. 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em 05 de maio de 2020.

GANDIN, A. B; FRANKE, S. S. **A organização de Projetos na escola: um sonho possível**. Brasília: Loyola, 2005.

GANDIN, D.; GANDIN, L. A. **Temas para um Projeto Político Pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 1999.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5ª edição. **Revista ampliada**. Goiânia: Editora Alternativa, 2004.

LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2004.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. **Pesquisa em Educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

PALMA, F. J. C. **Projeto Político Pedagógico da escola**: apontamentos para o planejamento das ações educativas - Caderno de Gestão Curricular - UNESP/UNIVESP, 2013.

PPP - **Projeto Político Pedagógico** - EMEIF Prof<sup>a</sup> Angélica Amorim Pereira, Ano 2017-2020, SME, Assis/SP.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 3<sup>a</sup> ed. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, M. A. Do projeto político do Banco Mundial: ao projeto político pedagógico da escola pública brasileira. *In: Arte & Manhas dos Projetos Políticos e Pedagógicos*. Campinas – SP: CEDES, 2003, v.23/n.61r

STAKE, R.E. **Pesquisa qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Tradução: Karla Reis; Revisão técnica: Nilda Jacks - Porto Alegre: Penso, 2011.

VEIGA, I. P. O Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva. *In: Projeto Político Pedagógico da Escola*: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1995. p. 11-36.

VEIGA, I. P. **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma nova construção possível. (10<sup>a</sup> edição). Campinas: Papirus, 2000.

VEIGA, I. P. Projeto Político-Pedagógico: Novas Trilhas para a escola.  
*In*: VEIGA, I. P. As **dimensões do Projeto Político-Pedagógico**.  
Campinas: Papirus, 2001. P.45-68.



